

| 563 | IDENTIDADE E TERRITÓRIO: A LUTA DOS PESCADORES
ARTESANAIS DE PEDRA DE GUARATIBA, RIO DE JANEIRO (RJ)
PELO DIREITO DE PESCAR

Antônio Lopes Ferreira Vinhas

Resumo

O objetivo principal deste trabalho é a análise da luta dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, frente ao projeto da empresa JICA e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, na década de 1990. A análise da luta destes pescadores contra o projeto se justifica pelo direito ao modelo de vida que a própria comunidade pesqueira criou, por isso apresentam resistência diante do espaço concebido. A imposição de empresas (como a JICA) têm contribuído para o surgimento de multiterritorialidades entre os pescadores artesanais, até mesmo em Pedra de Guaratiba. Nesse sentido, a resistência tenta resgatar o sentimento de pertencimento como valor cultural que caracteriza a identidade pela população local, dando o sentido ao lugar como território. Ao mesmo tempo que mostra que os planejamentos devem considerar o modelo de vida local, até mesmo com o diagnóstico participativo e não exclusivo.

Palavras-chave: Pescadores artesanais, resistência, identidade, território.

1- Introdução

Entre as diversas discussões da geografia, o espaço vivido tem conquistado campo no cenário acadêmico das investigações científicas. Com isso, a temática tem sido enriquecida com as categorias de análise da geografia, principalmente, com o território.

O conceito território é o pilar central na discussão, pois o caso dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba é discutido a partir da dominação/ apropriação que originam resistências diante de conflitos na complexa relação de poder pela condição de ser pescador. Dessa forma, o sentimento de pertencimento desses pescadores artesanais é o fator principal para a ação coletiva, que fazem identidade-território tomarem forma com o seu espaço vivido.

Partindo do princípio que o foco deste trabalho é a análise da luta dos pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba para manter a condição de ser pescador artesanal, apresentamos a problemática do trabalho que é o esforço do pescador artesanal de Pedra de Guaratiba, pertencente a Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba - APAPG em preservar a sua identidade territorial e diante dos projetos de empresas que surgem direcionando à insustentabilidade ambiental na Baía de Sepetiba, isto é, comprometendo as condições da rotina da pesca reconhecida como artesanal. A luta dos pescadores artesanais para resistir a isso é o objeto a ser analisado que se justifica pela

fragilidade dos pescadores artesanais, que apesar de serem politizados e articulados, vivem uma dramática desigualdade no que tange ao direito de exercerem suas atividades.

Contudo, a autonomia é o pilar central da discussão para a compreensão de como ocorreram as relações complexas entre o jogo da dominação x resistência. Os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba são conhecidos por exercerem resistências diante de conflitos que têm surgido em seu espaço vivido. Já na década de 1990, a organização das resistências frente aos conflitos se inicia contra o projeto da “sardinha boca torta” pela empresa “JICA” em conjunto com a Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ na Baía de Sepetiba, com a justificativa da criação de tainhas em cativeiro e a captura da sardinha para alimentá-las, outrora o foco principal seria a captura do atum.

A metodologia utilizada foi a ida à campo para entrevista com pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba, acesso aos documentos da fundação da associação, além de jornais e fotos da época da resistência contra a empresa "JICA". Além disso, o processo de luta contra a empresa "JICA" é essencial para a compreensão das atuais divergências entre a Associação de Pescadores e a Colônia de Pescadores Z-14 e pelo modelo de vida adotado em Pedra de Guaratiba.

2- A luta do pescador artesanal pelo modelo de vida

Apesar de inicialmente partir da discussão pela dimensão ambiental, não há intencionalidade em discuti-la separadamente das outras dimensões, como a econômica e a cultural, tendo em vista que neste trabalho se entende que as mesmas estão agregadas, pois abordar cada uma separadamente seria cair em um empobrecimento teórico, entretanto são as dimensões ambiental e cultural que terão as maiores ênfases em nossa análise.

Cabe esclarecer que o corte temporal para a discussão será o início da década de 1990 com o projeto da empresa japonesa em parceria com o governo do estado do Rio de Janeiro. Partir da instalação dessa empresa é pensar o tempo agregado ao espaço, uma vez que espaço e tempo são indissociáveis (MASSEY, 2008). Ao mesmo tempo é retratar a complexidade do real, observando a passagem de uma história para outra e os contextos. Para a autora, espaço e tempo é uma produção contínua e aberta, e tempo é tão importante quanto espaço. Nesse sentido, a partir da tentativa do projeto da empresa "Jica", se tem o espaço concebido no tempo, se materializando, ou seja, o que Moreira (2006) chama de formando espacialidades.

O pescador artesanal de Pedra de Guaratiba tem a Baía de Sepetiba como o lugar para exercer sua atividade. Contudo, esta vem sendo poluída ao longo dos anos, seja pela

especulação imobiliária, que aumentou a carga de efluentes domésticos, ou indústrias que cada vez mais têm se instalado ao longo de suas margens. No entanto, o trabalho está focado na luta pela condição de ser pescador, uma vez que a Baía de Sepetiba se apresenta fortemente agredida com a poluição por metais pesados pelas indústrias que limitam os pescadores artesanais à área de pesca.

Os pescadores de Pedra de Guaratiba, (em especial os da Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba - APAPG) apresentam uma singularidade frente aos demais grupos de pescadores que formam outras entidades, até mesmo na Pedra de Guaratiba como a Colônia Z- 14. A história desses pescadores (que são cerca de 300 atualmente) é composta por lutas e resistências, que deram origem à fundação da APAPG. Esses pescadores sempre tiveram um olhar crítico, uma visão politizada diante dos projetos apresentados pelo poder público e empresas privadas em relação às suas atividades.

A APAPG¹ foi fundada em 21 de fevereiro de 1992, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro na FLs. de N° 14, de 26 de Fevereiro de 1992 conforme o Estatuto da Associação. Inicialmente denominada Associação de Pescadores Cercadeiros de Pedra de Guaratiba teve a mudança de nome e de alguns artigos do seu estatuto em 08 de dezembro de 2007 para atender ao novo Código Civil Brasileiro e às determinações do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA, na mesma ocasião em que se filiou a FAPESCA e passou a ser APAPG.

A fundação da Associação é fruto de uma resistência ao projeto do Governo do Estado do Rio de Janeiro e da empresa Japan International Cooperation Agency - JICA, pertencente ao governo japonês, lançado em novembro de 1991, denominado "Salva-Baía". O projeto era divulgado com o objetivo de aumentar a produção pesqueira na Baía de Sepetiba e para isso, previa a criação de tainhas em cativeiro, com o argumento que seria benefício para todos os pescadores locais. A empresa se responsabilizava em ensinar a técnica da criação para os pescadores que o desejassem, pois visava amão de obra dos pescadores em Pedra de Guaratiba, porém ressaltava para que os mesmos não espalhassem

¹Embora sejam denominados aquicultores, atualmente os pescadores da APAPG se consideram cercadeiros, pois somente capturam o peixe, enquanto o aquicultor cria. Nesse sentido, os pescadores fazem questão de mostrar as contradições das portarias estabelecidas pelo poder público. A Superintendência de Desenvolvimento da Pesca- SUDEPE, no ano de 1984 através da Portaria n° N-24, Artigo 1, parágrafo 4º determinava que: "As cercadas fixas, qualquer que seja sua determinação local, são equiparadas a viveiros, sendo os proprietários considerados aquicultores profissionais, sujeitos, portanto, às obrigações expressa nesta portaria." Entretanto, a Portaria do IBAMA, n° 1582, de 21 de dezembro de 1989 determina no Artigo 2º que: [...] entende-se como Aquicultor a pessoa física ou jurídica que se dedique à criação e/ ou reprodução de animais ou vegetais aquáticos em ambientes naturais ou artificiais. Na concepção dos pescadores, as Portarias foram formuladas sem um estudo prévio, ou sem considerar o conhecimento do pescador.

informações sem antes conversar com os técnicos da empresa. Esses fatos fizeram com que os pescadores da Pedra de Guaratiba desconfiassem do projeto e buscassem mais esclarecimentos junto à Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro, através da Comissão de Defesa do Meio Ambiente.

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realizou audiência pública sob o comando do deputado Aloísio de Oliveira, para averiguar os fatos questionados pelos pescadores sobre o projeto (Figura 1). Nesta audiência os técnicos da empresa JICA ao serem questionados afirmaram que o projeto havia um sujeito e um objeto. Esta afirmação dos técnicos levou os pescadores a questionarem quem seria o objeto no projeto da empresa levando-os a rejeitar o projeto, tendo em vista que o objetivo principal era a criação de iscas vivas para a pesca de atum em mar aberto, conforme reportagem do jornal do Sindicato dos Armadores (SILVA, 1991).

Na ocasião não havia disponibilidade de iscas vivas, onde se perdia muito tempo na captura para posteriormente realizar a pesca do atum. Segundo Silva (1991) a isca bem preparada, sem lesões corporais em cativeiro é mais lucrativa, pois tem a mortalidade bem reduzida. Dessa forma, a pesca do atum se torna um excelente negócio, pois com aproximadamente quatrocentos quilos de iscas vivas, se pesca cerca de trinta e oito toneladas de atum.

Os pescadores da Pedra de Guaratiba tinham a consciência de que o projeto não os beneficiaria, pois o pescador artesanal não pesca em mar aberto pelas condições de seu barco, que geralmente é de pequeno porte. Além disso, a propaganda do Governo do Estado do Rio de Janeiro com a empresa japonesa JICA era enganosa na visão dos pescadores, tendo em vista que o peixe em cativeiro não era para o pescador. Como já tinham sido considerados objetos, estavam certos de que era o conhecimento dos pescadores sobre a pesca em cercadas na Baía de Sepetiba que interessava aos donos do projeto, isto é, como melhor local para armar o cativeiro, onde a espécie se reproduz melhor e local de melhor acesso.



Figura 1- Convite à audiência pública sobre o projeto (APAPG, 1991).

Nesse contexto, os pescadores da Pedra de Guaratiba lançaram o movimento de resistência “Salva Pescador”, a Baía é nossa, Fora! (Figura 2), com um cartaz que continha um risco no símbolo da bandeira japonesa, como forma de rejeição ao projeto da empresa japonesa e do governo do Estado do Rio de Janeiro. A partir desse movimento de resistência os pescadores perceberam que a classe deveria estar mais bem articulada para a defender-se de projetos como esse, que são verdadeiros cavalos de tróia. Dessa forma, a visão dos pescadores sobre o projeto está em concordância com Verhelst (1992) que entende o projeto como forma de aculturação aos pescadores artesanais, pois deixariam de ser cercadeiros de fato para servir à aquicultura de uma empresa japonesa. Esses projetos, segundo o autor, são homogeneizadores pois obedecem a uma lógica de desenvolvimento como progresso, que nega o direito à diferença. Os efeitos de tais projetos são devastadores, por isso são como um moderno “Cavalo de Tróia” (VERHEST, 1992).

O nome dado ao projeto “Salva-Baía” compreende algo que está em perigo, necessitando urgentemente de auxílio, tendo a intencionalidade de fazer o pescador pensar que precisa de ajuda. É o poder do discurso de uma empresa japonesa, moldada pelo viés de desenvolvimento como crescimento econômico que vem a algum tempo recebendo críticas

por ocultar facetas tão ou mais importantes do que a dominante (RUA et al., 2009). O discurso remete ao entendimento de um projeto que está inserido no contexto da recuperação do atraso, onde o trabalho do pescador artesanal é visto como rudimentar e rende uma pequena quantidade de pescado. Tais projetos só atendem aos interesses das transnacionais, no maravilhoso mundo da mão de obra barata e dócil (VERHEST, 1992). Oliveira (2007) ironiza, adjetivando tais políticas públicas como “famigeradas”, pois para o autor são planos excepcionais, como a Transamazônica e o Polonoroeste, que foram experiências desastrosas de décadas passadas.



Figura 2- Cartaz da resistência contra a JICA (APAPG, 1991).

Projetos como o “Salva-Baía” não trazem benefícios nenhum aos pescadores, deixando-os submissos, dependentes da empresa, criando mais desigualdades. Além disso, os pescadores tiveram a consciência de que a empresa os via inseridos num modelo de “crescimento débil e lento” (CASTORIADIS, 1987), por isso lhes queria impor novas formas

de produção. Entretanto, os pescadores estiveram dispostos e capacitados a renunciar, questionando o “preço” que pagariam pelo modelo proposto pela empresa, e resolvendo manter o seu direito de permanecer no próprio modelo de desenvolvimento de vida que ali já existia.

Assim, no ano seguinte ao projeto (1992) houve a fundação da Associação de Pescadores Cercadeiros da Pedra de Guaratiba, atual APAPG. Segundo o presidente da Associação (desde a fundação), o Senhor Ivo Siqueira Soares, o principal fator que determinou a fundação da Associação foi essa resistência ao projeto do atum. Desde então, a Associação sempre se mostrou contrária a políticas ou projetos que fossem favoráveis ao impedimento do trabalho do pescador, procurando se defender para preservar a identidade que está associada a essa modalidade de trabalho.

O primeiro estatuto da Associação em 1992 mostra claramente a intencionalidade pela qual foi criada. Logo no Artigo 2º ficam claros seus objetivos que são relativos à melhoria da qualidade de vida do pescador, defesa dos recursos naturais, combate à pesca predatória, lutar contra destruição e mau uso dos recursos, pela criação de reservas e defesa das espécies marinhas, e participar junto com outras associações de interesses comuns. Todos esses objetivos demonstram que a preocupação do pescador em Pedra de Guaratiba sempre esteve ligado à preservação de sua identidade, onde para isso se faz necessário a defesa do ambiente da Baía de Sepetiba e do seu entorno. A preocupação dos pescadores artesanais com a identidade é tão evidente, que desde a época da fundação da Associação, em 1992, os pescadores deixaram explícito no mesmo, Artigo 2º do Estatuto, que uma das características da Associação é a defesa da cultura do pescador artesanal.

A preocupação dos pescadores artesanais em evidenciar sua identidade cultural no próprio estatuto é parte de um processo na construção daquilo que Haesbaert (1999) chama de identidade territorial. A identidade territorial para o autor é uma identidade social definida através do território pois “não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica do espaço pelos seus habitantes” (HAESBAERT, 1999, p.172). Dessa forma, a identidade social se expressa no território, através da relação de apropriação simbólica e concreta. As práticas socioculturais dos pescadores artesanais dão às comunidades pesqueiras características identitárias e culturais, pois passam a ser o modelo de vida social dos pescadores, pois adquirem valor simbólico e material para a reprodução de sua condição humana.

Para Haesbaert (1999) a identidade é definida em relação a outras identidades. Nesse sentido, a luta dos pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba contra o projeto da empresa JICA e o Governo do Estado do Rio de Janeiro marcou o grupo, que atualmente, integram a Associação de Pescadores e Aquicultores da Pedra de Guaratiba - APAPG.

As diferenças no campo das ideias podem ser entendidas pelos conhecimentos produzidos pelos pescadores artesanais, que segundo Diegues (2004, p. 196) se “caracterizam pelas relações simbólicas e econômicas intensas com a terra, o mar e seus ciclos, construídos nas práticas de uso de ambientes costeiros e marinhos”. Os grupos de pescadores artesanais não são homogêneos, pois as práticas de uso do mar que Diegues se refere ocorrem de maneiras distintas, por isso, os pescadores artesanais da APAPG, em sua maioria preferem o reconhecimento como cercadeiros ao invés de aquicultores.

Para Haesbaert (1999) a busca do reconhecimento é fundamental para a afirmação da identidade. Nesse sentido, se busca as práticas sociais que diferem o que é o grupo, que comparado à outros grupos haverá diálogos ou conflitos. Esses conflitos ou diálogos pela defesa do território fortalecem e definem as identidades.

Os pescadores artesanais da APAPG estão inseridos em contexto histórico de lutas pela defesa da Baía de Sepetiba, que para Haesbaert (1999) é uma importante característica da identidade, isto é, a dimensão histórica que construiu o valor simbólico para o grupo. Para Saquet e Briskievicz (2009) “os territórios são fundamentais para a construção das identidades, onde a alteridade fica muitas vezes condicionada a um determinado limite físico de reprodução dos grupos sociais”. Dessa forma, numa perspectiva atrelada ao meio ambiente, a Baía de Sepetiba é o espaço de referência identitária, que é transformada em questão político-cultural, dimensão priorizada por Haesbaert (1999) na construção da identidade, pois está carregada de simbolismo.

3- Considerações Finais

A recusa à desterritorialização proposta pela empresa JICA, caracterizada pela resistência é o reflexo da autonomia proposta por Castoriadis (1987), que a vê como o direito de refletir, possibilitando a liberdade para a construção da democracia. A autonomia não é construída por um processo histórico simples, mas complexo, a qual direciona-se a refundação da democracia. Assim, a própria democracia deve ser pensada pelo viés da complexidade, como propõe Morin (1999), pois o não pensá-la de forma complexa recai no erro da heteronomia que é imposta por situações as quais a coletividade é submetida.

Os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba possuem um histórico processo de luta que iniciou com a proposta da empresa JICA e do governo do estado. Esse processo de luta fez com que estes pescadores fundassem a Associação de Pescadores e rompessem com a Colônia, por concordarem com a proposta da empresa e do governo. A experiência desses pescadores da Associação fez com que houvesse formas de resistências em diversos episódios como contra a Companhia Mercantil Ingá, pelos derramamentos de metais pesados na Baía de Sepetiba e contra a Tyssen Krupp pela construção de um porto de 3,8 Km, limitando a área de pesca.

Não omitindo a complexidade das resistências, pode-se observar a riquíssima multiterritorialidade proposta por Haesbaert (2001). Entretanto, o próprio autor remete a ideia de não cair no erro de ignorar essa riqueza ao distinguir a dominação (material) da apropriação (simbólica), que são as condições para a existência das resistências. Nesse sentido, os pescadores artesanais de Pedra de Guaratiba apresentam-se em multiterritórios, pois têm sua maneira própria de dialogar com a dominação/ apropriação que lhes são imposta. Os pescadores artesanais não são um grupo homogêneo, motivo pelo qual existem duas instituições em Pedra de Guaratiba, a Associação (APAPG) e a Colônia de Pescadores (Z-14).

Essa discussão do crescimento econômico para alcançar o desenvolvimento não tem se preocupado com a coletividade do lugar, excluindo-se a participação dos atores locais no planejamento das empresas. Em linhas gerais, Souza (2000) discorre sobre o repensar do papel do planejamento, que não consideram as heterogeneidades tentando homogeneizar os lugares, adequando as autonomias ao planejamento, quando os papéis deveriam estar invertidos. Para isso, o diagnóstico deve ser não somente quantitativo, mas qualitativo, pelo viés da autonomia, que vai muito além de números. A avaliação qualitativa requer diálogo com as resistências, no sentido de respeitar as autonomias construindo verdadeiramente uma democracia, não com privações, mas com liberdades, para que haja desenvolvimento para todos (SEN, 2000), caso contrário as resistências continuarão a existir na tentativa de se fortalecerem e ganharem mais reconhecimento como a comunidade negra do Pacífico colombiano, que têm seus direitos garantidos na constituição do país.

4- Referências

CASTORIADIS, Cornelius. *O Mundo Fragmentado* (Encruzilhadas do Labirinto III). Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

- DIEGUES, Antonio Carlos. *A pesca construindo sociedades*. São Paulo: NUPAUB-USP. 2004a, p. 196.
- ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES CERCADEIROS DE PEDRA DE GUARATIBA. Rio de Janeiro: fev. de 1992.
- HAESBAERT, Rogério. *Da desterritorialização à Multiterritorialidade*. Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR. Ética, Planejamento e Construção democrática do espaço. Rio de Janeiro: 28 de maio a 1 de junho de 2001. Vol. III, p. 1775-1783. 2001.
- _____. *Identidades Territoriais*. IN: ROSENDAHL, Zenny. & CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da Cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. 247 p.
- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- MOREIRA, Rui. *Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORIN, Edgar. *Por uma reforma do pensamento*. IN: PENA-VEJA, Alfredo e Almeida, Elimar Pinheiro. *O pensar complexo. Edgar Morin e a crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond. 1999.
- OLIVEIRA, José A. P. de. *Repensando políticas públicas: por que frequentemente falhamos no planejamento*. IN: MARTINS, Paulo E. M. PIERANTI, Octavio P. (org). *Estado e Gestão Social*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RUA, João et al. *Geografia e Desenvolvimento territorial*. GeoPuc Revista do Departamento de Geografia da Puc-Rio, n. 4. 2009.
- SAQUET, Marco Aurélio.; BRISKIEVICZ, Michele. *Territorialidade e Identidade: Um patrimônio no desenvolvimento territorial*. Paraná: Caderno Prudentino de Geografia, nº 31, vol. 1, 2009, p. 129.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia de Letras. 2000.
- SILVA, Olinthoda. *Isca Viva: fator limitante da pescaria de atuns e afins*. *Jornal do Sindicato dos Armadores*, Out. de 1991.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O Planejamento e a Gestão das cidades numa perspectiva Autonomista*. Território n. 8, LAGET/ UFRJ, p. 67-100, jan-jun. 2000, p.80.
- VERHELTS, Thierry G. *O Direito à Diferença, identidades culturais e desenvolvimento*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1992, p. 26.